

# *Balanco de atividades*

Senadora Patrícia Saboya Gomes 2005

## **EXPEDIENTE**

### **Coordenação geral**

Gláucia Maria de Borba Benevides Gadelha – Chefe de Gabinete

### **Coordenação política**

José Moacir Mendes Saboya

### **Coordenação da Equipe do Escritório do Ceará**

Bel Frota

### **Edição**

Patrícia Andrade

### **Redação final**

Angélica Leal, Mariana Monteiro e Patrícia Andrade

### **Produção dos textos**

Alfredo Costa Filho, Angélica Leal, Francisco José de Sousa, Márcio Sanchez,  
Mariana Monteiro, Paulo Guilherme Waisros Pereira

### **Colaboração**

Ana Emanuela Paiva Barroso, Denise Scarassati, Joyce Rangel Torres,  
Lígia Aguiar, Maria Alba Thomé de Sousa, Neyda Maria de Castro Menezes,  
Sílvia Góis e Valmir Vilar de Carvalho

### **Edição de imagens**

Márcio Sanchez

### **Coordenação de distribuição e mailing**

Fátima Maria Thomé de Sousa e Pedro Hollanda

### **Editoração e capa**

SECS/Núcleo de Criação e Marketing/Liu Lopes

# Sumário

PALAVRA DA SENADORA, **7**

Compromisso com a infância e a adolescência, **11**

Atuação Legislativa, **31**

Desenvolvimento Regional, ênfase ao Ceará, **43**

Direto da Tribuna, **65**

Reconhecimento Público, **71**





Márcia Kalume / Agência Senado

**Em 2005, a senadora Patrícia intensificou a luta pelas causas sociais e participou dos principais debates no Congresso**



# *Palavra da senadora*

O Brasil passou por momentos extremamente difíceis ao longo de 2005. Durante quase todo o ano, vivemos uma rotina marcada pela profunda crise política que atingiu o Parlamento e o Poder Executivo. Diante dessa situação, uma onda de desânimo e falta de esperança acabou por contaminar muitos brasileiros. No entanto, apesar das imensas dificuldades por que passamos nesse período, continuo acreditando na força da política como uma das ferramentas de transformação da nossa realidade.

Precisamos continuar lutando pela construção de um País melhor e mais justo, em que os impostos pagos por todos nós, cidadãos, sejam efetivamente traduzidos em educação e saúde de qualidade, habitação, saneamento básico, cultura, esporte e lazer. No auge da turbulência, lembrei muito de um antigo ensinamento popular, que diz que toda crise vem acompanhada de uma oportunidade. Acredito que o Brasil e os brasileiros conseguiram, a despeito dos percalços, atravessar mais esse turbilhão de cabeça erguida. As instituições do nosso País, como o Congresso, a Polícia Federal, o Ministério Público e a imprensa, procuraram desempenhar da melhor maneira possível seu papel de investigar as denúncias de corrupção.

Em diversos momentos, defendi, arduamente, a necessidade de fazermos uma ampla reforma política. Estou cada vez mais convencida de que temos de imprimir mudanças de fôlego no nosso

atual sistema político-eleitoral. Não podemos mais aceitar que a vida pública seja pautada por práticas abomináveis como o fisiologismo, a corrupção, o constante troca-troca de partidos e a defesa de interesses pessoais espúrios. Sei que a reforma política não resolverá todos os nossos problemas. Mas precisamos continuar seguindo na batalha pelo fortalecimento dos partidos para que, finalmente, as discussões políticas aconteçam em torno de idéias e projetos para o País.

Mesmo com um Congresso dominado pela crise e pelas investigações nas diversas CPIs, continuamos, no nosso mandato, trabalhando duro em busca de melhores condições de vida para os brasileiros, em geral, e para os cearenses, em especial. Durante o ano de 2005, continuei me dedicando prioritariamente à defesa dos direitos de meninos e meninas, ao combate das disparidades regionais que tanto prejudicam o Nordeste e o Ceará e à luta por um País que seja capaz de aliar o crescimento econômico com o desenvolvimento social tão necessário para que possamos superar as gritantes desigualdades existentes no Brasil.

Procurei participar ativamente das principais discussões que nortearam os trabalhos no Parlamento, entre as quais destaco, além da reforma política, a recriação da Sudene, a Integração das Bacias Hidrográficas (mais conhecida como Transposição das Águas do São Francisco), o Programa de Biodiesel e seus benefícios para a agricultura familiar, o novo fundo para o financiamento da Educação Básica, o Fundeb, e a MP que desonera a carga tributária das empresas com o objetivo de facilitar o crescimento da atividade produtiva.

Em outra frente de trabalho, apresentei projetos de lei que buscam fortalecer os direitos dos cidadãos brasileiros. Entre essas

proposições, destaco o projeto, elaborado em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria, que prevê a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses em troca de benefícios fiscais às empresas privadas que aderirem a essa idéia, e, ainda, uma proposta determinando que as verbas desviadas do erário, que sejam recuperadas pelo Estado, possam ser aplicadas no Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

Ao lado de tantos outros parlamentares e em estreita parceria com a sociedade civil, também busquei defender, nas discussões do Orçamento da União de 2006, mais recursos para os programas sociais e, sobretudo, para o nosso Ceará. Assim, apresentei emendas que procuram recompor os valores destinados aos projetos fundamentais para o cotidiano de milhares de crianças, adolescentes e famílias que precisam, urgentemente, de mais oportunidades para que possam, enfim, ter uma vida digna e feliz.

Um forte abraço,

**Patrícia Saboya Gomes**



**Representantes de movimentos sociais, pais, crianças e parlamentares se unem para defender a inclusão das creches no Fundeb**

# *Compromisso com a infância e a adolescência*

*Em seu terceiro ano de mandato, Patrícia Saboya reforçou a luta pelas crianças e adolescentes de todo o País*

Ao longo de 2005, as questões ligadas à infância e à adolescência ocuparam lugar de destaque no Parlamento brasileiro, apesar de o ano ter sido fortemente marcado pela crise política que envolveu o Congresso Nacional e o Executivo. A senadora Patrícia Saboya, que coordena, no Senado, a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, desempenhou um papel fundamental nessa luta, priorizando, dentro e fora do Congresso, a defesa intransigente e incansável dos direitos dos quase 60 milhões de crianças e adolescentes do nosso País.

Embora os desafios para melhorar as condições de vida dos meninos e meninas do Brasil ainda sejam gigantescos, durante o ano de 2005 tivemos avanços reais na área da infância e da adolescência. No âmbito do Parlamento, importantes matérias foram discutidas e apreciadas pelos senadores e deputados em áreas essenciais como educação, saúde, adoção, apoio à maternidade, segurança pública, violência sexual, trabalho infantil, discriminação de raça/etnia e gênero, adolescentes em conflito com a lei, dentre tantas outras.

## VIOLÊNCIA SEXUAL

Em março, por exemplo, os senadores aprovaram, por unanimidade, três projetos de lei propostos pela CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que fazem significativas modificações no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atualmente, esses projetos tramitam na Câmara dos Deputados.

"Com a aprovação dessas propostas, demos mais um importante passo nessa luta. Mas é bom ressaltar que somente isso não basta para enfrentar esse complexo fenômeno", pondera a senadora Patrícia. "O combate à exploração sexual precisa ser feito com diversas ações em vários campos e envolvendo os mais diferentes atores sociais. Ou seja: não será suficiente endurecermos as leis se continuarmos com políticas públicas ineficientes e pouco criativas, incapazes de livrar tantos meninos e meninas do perverso mercado do sexo. Também é fundamental a conscientização da sociedade de que é importante denunciar esses crimes às autoridades competentes. A Polícia e a Justiça, por sua vez, precisam fazer o seu papel, investigando com rigor e condenando os culpados", arremata.

O tema da violência sexual contra crianças e adolescentes continuou, em 2005, ocupando espaço de peso na agenda pública do País. No Congresso, foi instalada uma comissão especial temporária destinada a acompanhar a implementação das recomendações feitas pelo relatório da CPMI da Exploração Sexual, aprovado em 2004. A comissão especial, formada por seis parlamentares, firmou parceria com o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público, que reúne todos os ramos do MP brasileiro e conta com um subgrupo para tratar da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. O objetivo dessa aliança é dar prosseguimento às

investigações realizadas no âmbito da CPMI, disponibilizando para os Ministérios Públicos Estaduais todas as informações e os dados referentes aos casos levantados pelos parlamentares.

A comissão especial também ouviu representantes do governo federal para discutir e avaliar o andamento das principais políticas públicas de prevenção e combate à violência sexual. O secretário nacional de Assistência Social, Osvaldo Russo, informou aos parlamentares que o Programa Sentinela, que presta assistência psicossocial às vítimas de exploração e abuso sexual, estará presente em 1104 municípios em 2006. Hoje, o projeto funciona em apenas 314 cidades. Com o redesenho do programa, e o aporte de R\$ 53 milhões previstos no Orçamento Geral da União para o exercício de 2006, a meta mínima é atender 33 mil crianças e adolescentes abusados ou explorados sexualmente a mais do que os 29 mil assistidos atualmente.



Comissão especial do Congresso ouve o secretário nacional de Assistência Social, Osvaldo Russo, sobre as políticas públicas de combate à violência sexual

## Campanha junto aos caminhoneiros

Outra ação de destaque nessa área foi a Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual nas Rodovias. A iniciativa, lançada em agosto, tem por objetivo esclarecer os trabalhadores do setor de transportes, em especial os caminhoneiros, sobre a gravidade desse problema e a necessidade de denunciá-lo.

Com o lema "Proteja como se fosse sua filha", a campanha é fruto de uma parceria entre a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, a



PRF / Divulgação

Agente da Polícia Rodoviária Federal entrega material sobre exploração sexual para caminhoneiro

Subsecretaria Especial de Direitos Humanos e a Confederação Nacional dos Transportes (CNT). "Um dos maiores êxitos dessa campanha é a mobilização da sociedade. Só para termos uma idéia, depois do seu lançamento, aumentou em 71% o número de denúncias de casos de exploração sexual", informa a senadora Patrícia Saboya.

Desde 2004, a Polícia Rodoviária Federal realiza minucioso mapeamento dos locais de risco para crianças e adolescentes às margens das rodovias federais. A PRF já identificou 844 pontos vulneráveis à exploração sexual de meninos e meninas, espalhados por 462 municípios.

### **Semana do 18 de maio**

Assim como acontece em todos os anos desde 2000, quando foi instituída, por lei, a Data Nacional de Combate à Violência Sexual, parlamentares, representantes do governo, entidades da sociedade civil, crianças e adolescentes se uniram, durante a Semana do dia 18 de maio, para protestar contra essa violação dos direitos de meninos e meninas. Patrícia Saboya participou intensamente das mobilizações em Brasília e no Ceará.

A abertura da Semana do 18 de maio aconteceu em Fortaleza e reuniu ministros, senadores, deputados e representantes de ONGs em torno do lançamento de uma série de iniciativas em favor da população infanto-juvenil.

Uma das ações mais importantes foi o lançamento do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência – uma iniciativa coordenada pela Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional, com apoio da Assembléia Legislativa do Ceará e da Frente Parlamentar da Infância do Estado. Numa cerimônia

na Assembléia, parlamentares de todas as regiões do País assinaram o documento pelo qual se comprometem a acompanhar "de forma sistemática e sincronizada" os projetos de lei de interesse da criança e do adolescente, adotar o Orçamento Criança, monitorar os recursos destinados à infância e à adolescência, e fiscalizar o cumprimento das políticas públicas relativas à questão.

Em Brasília, adolescentes de todas as regiões brasileiras expuseram, no Congresso, um mapa do Brasil produzido por eles, com os dados, por estado, da violência sexual. Os jovens cobraram dos parlamentares a votação na Câmara, em regime de urgência, dos projetos que possibilitam que crimes sexuais contra meninos e meninas sejam punidos com maior rigor, já aprovados pelo Senado.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL**

A senadora Patrícia também dedicou especial atenção ao tema da Educação Infantil ao longo de 2005. No final de abril, o Senado aprovou, também por unanimidade, a Proposta de Emenda Constitucional que torna obrigatória e gratuita a oferta de creche e pré-escola para crianças de até seis anos. A PEC, da senadora Heloísa Helena (PSOL/AL), modifica o artigo 208 da Constituição, deixando claro que é dever do Estado "o acolhimento obrigatório, público e gratuito a toda demanda pela Educação Infantil". A PEC tramita agora na Câmara.

Para a senadora Patrícia Saboya, que atuou como importante articuladora no processo de discussão e aprovação dessa matéria, o Senado viveu um momento "histórico" ao dar prioridade a um assunto que, muitas vezes, só é lembrado nas campanhas eleitorais. "Essa proposta resgata a imensa dívida que temos com 23 milhões de crianças brasileiras



Assunção Costa / Agência Senado

**A deputada Maria do Rosário (PT-RS) e a senadora Patrícia se engajam na batalha pela inclusão das crianças de até 3 anos no Fundeb**



Campanha Nacional pelo Direito à Educação / Divulgação

**O movimento pelas creches ganha o apoio dos senadores Ramez Tebet (PMDB/MS) e Renan Calheiros (PMDB/AL), presidente do Senado**

de até seis anos", afirmou. Segundo ela, a medida ajudará também as mães trabalhadoras. "Quantas mulheres saem todos os dias de suas casas antes das cinco da manhã, pegam dois ou três ônibus e vão cuidar dos filhos de outras pessoas enquanto suas crianças ficam sozinhas, sem qualquer assistência?", destacou.

### **Mobilização pelo Fundeb**

Na luta pela garantia dos direitos das crianças desde a primeira infância, a senadora Patrícia participou ativamente, durante todo o ano de 2005, das mobilizações e debates em torno do Fundeb – fundo que cria instrumentos para o financiamento de toda a Educação Básica. Na opinião de Patrícia Saboya, o Fundeb representa um significativo avanço, mas a PEC enviada ao Congresso pelo governo federal apresenta várias e graves limitações, que precisam ser corrigidas. "Estamos lutando pela inclusão de mecanismos de financiamento para atender as crianças de até três anos. Dos 13 milhões de crianças nessa faixa etária, 88,3% estão fora das creches. Isso é um absurdo. O acesso a essas instituições é um direito da criança e da família e um dever do Estado", afirma Patrícia.

No dia 31 de agosto, a senadora participou do bem-humorado protesto pela inclusão das creches na PEC do Fundeb, organizado por entidades ligadas à educação e à infância, pais, mães e seus filhos que invadiram o Congresso Nacional com carrinhos, chocalhos e fraldas pintadas. Ao lado de vários parlamentares, Patrícia Saboya recebeu os manifestantes na rampa do Congresso. Durante o protesto, que durou mais de duas horas e reuniu cerca de 250 pessoas, a Frente Parlamentar lançou um manifesto com seis

motivos para que o Fundeb contemple a faixa de até três anos de idade. Segundo o documento, a frequência escolar de crianças desde a primeira infância garante o seu desenvolvimento social e intelectual, diminuindo drasticamente as chances de evasão escolar. O manifesto destaca também que o acesso à Educação Infantil protege as crianças contra diversas formas de violação, sobretudo contra a violência doméstica e sexual; garante aos pais e às mães tranquilidade para continuar trabalhando; e assegura ao governo um controle mais eficaz da saúde e da alimentação de meninos e meninas, especialmente daqueles mais pobres e vulneráveis.

### **AMPLIAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE**

Convicta de que é fundamental investir nas crianças desde cedo, Patrícia Saboya apresentou projeto de lei prevendo a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses em troca de benefícios fiscais para as empresas que aderirem a essa idéia. A proposta, elaborada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e endossada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tem por objetivo reforçar os laços afetivos entre mãe e filho durante os seis primeiros meses de vida. "A ciência está comprovando que esse vínculo forte é determinante para que ocorra, de forma intensa, uma série de transformações no bebê que contribuem não só para o seu desenvolvimento físico, mas também emocional e intelectual", explica Patrícia. Segundo ela, outro papel do projeto é estimular o aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses, exatamente como preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS). "O próprio governo brasileiro faz campanhas orientando as mães a dar



Raffaele Sgueglia / Fiesp

**Patrícia Saboya apresenta proposta de ampliação da licença-maternidade para o presidente da Fiesp, Paulo Skaf**



José da Cruz / Agência Senado

**Roberto Busato, presidente da OAB, Dioclécio Campos Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, e a senadora entregam projeto ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL)**

de mamar a seus filhos durante esse período. Contraditoriamente, a Constituição prevê uma licença-maternidade de quatro meses", diz.

Patrícia Saboya faz questão de ressaltar que a licença de seis meses é facultativa. Ou seja: aderem à proposta as empresas privadas que se interessarem em ter descontos em tributos federais. A dedução será correspondente aos dois meses excedentes do salário da funcionária. A trabalhadora, por sua vez, também poderá escolher se prefere ficar longe do trabalho por quatro ou seis meses. "Optamos por esse caminho por acreditarmos que é preciso consolidar no País a cultura da responsabilidade social, fazendo com que as empresas percebam que, ao adotar essa prática, ajudam toda a sociedade", defende Patrícia. "Saem ganhando a empresa, porque suas funcionárias trabalharão mais motivadas; as mulheres, porque vão ter um convívio mais rico com seus filhos; a própria criança, é claro; e o Estado, que terá uma economia brutal com a redução das internações hospitalares na medida em que o leite materno funciona como uma verdadeira vacina contra várias doenças", conclui a senadora.

O empresariado brasileiro já dá sinais de que está aberto a mais esse avanço. Foi o que Patrícia Saboya percebeu quando visitou, ao lado do presidente da SBP, Dr. Dioclécio Campos Jr., entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio) e a Fundação Abrinq. "Isso é uma prova de que esse segmento tão fundamental já se convenceu de que o impacto dos seis meses de distanciamento da mulher do trabalho será pequeno diante da imensurável contribuição que o estreitamento dos laços entre mãe e filho trará para as novas gerações", avalia Patrícia. O projeto tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

## TRABALHO INFANTIL

A senadora Patrícia também continuou firme na luta contra a exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes. Em 12 de junho, data que marca o combate mundial do trabalho infantil, o Senado realizou sessão especial para discutir a questão, que contou com a presença de representantes de organismos internacionais, ONGs, meninos e meninas.

No seu discurso, Patrícia Saboya falou sobre as conquistas obtidas pelo Brasil no enfrentamento do problema nos últimos anos, mas



Célio Azevedo / Agência Senado

**Estudantes de escolas públicas de Brasília participam da sessão solene do Senado sobre o trabalho infantil**

ressaltou que o País precisa avançar mais nessa área. "Por se tratar de um problema complexo, o combate a todas as formas de trabalho infantil não é uma missão simples. Um dos principais pontos a serem considerados é a necessidade de que projetos governamentais como o PETI contemplem iniciativas capazes de gerar emprego e renda para toda a família. É igualmente imprescindível concentrar mais esforços em ações como a jornada ampliada, que assegura a permanência das crianças em atividades durante os dois turnos", destacou Patrícia.

Para ela, vivemos um momento estratégico nessa cruzada, em que é fundamental discutirmos a possibilidade de redesenhar o PETI. "Sabemos que aumenta, a cada dia, o número de meninos e meninas envolvidos nas chamadas atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e a exploração sexual. E, lamentavelmente, ainda não conseguimos encontrar alternativas capazes de livrar milhares de crianças desses mercados tão perversos", disse. Ela acredita que está na hora de oferecer a essas crianças chances concretas de se inserirem nesse mundo tão globalizado de hoje. "Por que, então, não criar, nas favelas e periferias das nossas cidades, verdadeiros centros da cultura, do lazer e do conhecimento – espaços onde essa garotada tenha oportunidades de fazer cursos de línguas, dança, moda, artes, computação, teatro, dentre tantos outros?", sugeriu a senadora.

## **REDE DE PARLAMENTARES PELA INFÂNCIA**

Entre as conquistas alcançadas em 2005, podemos destacar também a criação da Rede Nacional em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que reúne legisladores federais, estaduais e municipais. O ponto de partida dessa iniciativa foi o dia 25 de outubro, quando

senadores, deputados federais, estaduais e vereadores se reuniram, na Câmara dos Deputados, em Brasília, para discutir as principais questões que dizem respeito à população infanto-juvenil no *I Encontro de Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, promovido pela Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional. No final do evento, deputados estaduais e vereadores de todas as regiões do Brasil aderiram ao *Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência*, lançado durante a Semana do 18 de maio, em Fortaleza (*leia mais sobre o Pacto no capítulo "Desenvolvimento Regional, ênfase ao Ceará"*).

"Com o Pacto, nós, parlamentares do Congresso, das Assembleias e das Câmaras Municipais, nos comprometemos a adotar uma série de medidas em prol das novas gerações. Agora, com a formação da Rede, tenho certeza de que os preceitos estabelecidos ali ganharão mais força no cotidiano do Parlamento em suas três instâncias", acredita a senadora Patrícia Saboya.

Na visão da senadora, a criação dessa Rede Nacional poderá ser o início de uma nova forma de atuação dos parlamentares na luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. "A batalha por melhores condições de vida para nossos meninos e meninas não deve se restringir ao âmbito federal. A idéia é que, a partir de agora, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores possam atuar em estreita sintonia, sobretudo no que diz respeito a algumas questões fundamentais. Uma delas é o Orçamento Criança", diz.

Um dos principais objetivos do I Encontro foi proporcionar a troca de experiências entre os legisladores federais, estaduais e municipais e fomentar a criação de Frentes Parlamentares da Infância e da Adolescência nas Assembleias e Câmaras Municipais. Alguns Estados já estão bastante avançados. Em Santa Catarina, por exemplo, cuja Assembleia Legislativa instalou a Frente Parlamentar neste ano, 50 Câmaras

Municipais já estão formando grupos semelhantes. A deputada Simone Schrmann (PMDB), presidente da Frente estadual, disse que os termos de adesão do Pacto foram enviados para todas as 293 Câmaras Municipais de Santa Catarina e as perspectivas de engajamento são excelentes.

Outro Estado que também já obteve importantes conquistas é o Ceará. Recentemente, a Frente estadual, presidida pela deputada Tânia Gurgel (PSDB), realizou, em parceria com os gabinetes da senadora Patrícia e do deputado federal Antenor Napolini (PSDB/CE), um seminário sobre o papel do Parlamento na garantia dos direitos da infância e adolescência, que reuniu 133 vereadores de 62 municípios cearenses. Depois disso, duas Frentes municipais foram instaladas – em Fortaleza e em Santa Quitéria – e outras 16 estão prestes a serem formadas.

## **ALIANÇA MUNDIAL**

O esforço para construir uma rede de parlamentares em defesa dos direitos de meninos e meninas não acontece apenas no nosso País. A senadora Patrícia representou o Brasil na primeira reunião de trabalho do Comitê Mundial de Mulheres Parlamentares para a Proteção das Crianças e Adolescentes, realizada em Genebra, na Suíça, em julho de 2005. Composto por sete parlamentares de várias partes do mundo, o Comitê foi criado em 2004 durante a primeira Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares pela Proteção de Crianças e Adolescentes, realizada em Roma, com a missão de organizar uma rede internacional de deputadas e senadoras em defesa dos direitos de meninos e meninas. No encontro de Genebra, o Comitê discutiu a criação de mecanismos para facilitar a comunicação entre as parlamentares que se ocupam da causa da infância e da adolescência em todo o planeta.

Coordenadora das ações na América Latina e no Caribe, a senadora Patrícia levou ao comitê a proposta de realização de encontros regionais de parlamentares pela infância. Ela informou às integrantes do colegiado que a ONG Save the Children/Suécia e o Unicef estão interessados em promover uma conferência sobre direitos de crianças e adolescentes reunindo parlamentares de toda a América Latina. Patrícia Saboya também relatou ao comitê a experiência da Frente Parlamentar brasileira, que já tem mais de 12 anos de existência, e falou sobre as perspectivas de criação de grupos semelhantes nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de todo o País.

No encontro de Genebra, as integrantes do comitê também discutiram a preparação da Segunda Conferência Internacional de Mulheres Parlamentares pela Proteção de Crianças e Adolescentes, que será realizada em 2006. Entre os temas sugeridos estão a questão da fome e da pobreza, a exploração sexual e a disseminação da Aids entre as crianças. A senadora Patrícia defendeu que a exploração sexual seja um dos principais assuntos da próxima conferência. "Esse fenômeno não está restrito aos países pobres. Hoje, ele é uma preocupação do mundo inteiro e está ligado a diversas questões, como a pobreza, o tráfico de seres humanos, o envolvimento com as drogas, o crime organizado e também a aspectos culturais, como as relações desiguais entre adultos e crianças, homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e negros", analisa Patrícia Saboya.

## **ORÇAMENTO CRIANÇA**

Lutar por mais recursos para os programas voltadas às crianças e adolescentes tem sido uma das prioridades da senadora Patrícia no Congresso e, em 2005, ela intensificou essa batalha. Em um

forte discurso na tribuna do Senado, Patrícia denunciou a falta de investimentos na área da infância e da adolescência. Nos nove primeiros meses de 2005, o governo federal investiu menos de R\$ 1 por dia, em média, em cada criança e adolescente brasileiro. O valor tem por base cálculo feito pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) que concluiu que, de janeiro a setembro, foram gastos apenas R\$ 260,36 por cada um dos quase 60 milhões de brasileiros entre zero e 17 anos. Isso daria R\$ 28,9 por mês per capita. O Inesc chegou a esse valor partindo da análise dos dados da execução orçamentária para a criança e o adolescente no período, que foi de R\$ 15,2 bilhões, levando em conta ações que atendem, direta ou indiretamente, esse público nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer, esporte, habitação, saneamento básico, assistência social e proteção de direitos.

"Esse valor me assusta, me entristece, me revolta", afirmou a senadora no pronunciamento. "Também nos nove primeiros meses do ano, o Brasil ultrapassou a meta de superávit primário para 2005, que era de 4,25% do PIB, chegando a 6,1%. Para que ser mais realista que o Rei? Por que deixar de investir em educação, saúde e saneamento, se dispomos dos recursos?", questionou Patrícia. No entender da senadora, é necessário que as dotações orçamentárias voltadas para essa faixa etária, que vêm sendo reduzidas ano a ano, sejam recuperadas. De acordo com dados do Inesc, o valor total do Orçamento Criança para 2005 é de cerca de R\$ 28 bilhões, o que representa apenas 1,75% do Orçamento Geral da União para o exercício de 2005.

## **Verbas para 2006**

Na tentativa de recompor perdas relativas a programas considerados fundamentais para a área da infância e da adolescência, a

Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, em estreita parceria com a sociedade civil, apresentou diversas emendas ao Orçamento da União para 2006.

Os parlamentares conseguiram a aprovação de oito emendas nas comissões permanentes do Senado e da Câmara. As propostas somavam cerca de R\$ 3 bilhões e precisariam ainda ser acatadas pelo relator geral do Orçamento.

No Senado, a Frente Parlamentar garantiu emendas da ordem de R\$ 1,8 bilhão. Desse total, o maior valor foi o da proposta que prevê cerca de R\$ 1,2 bilhão para o financiamento da Educação Infantil, apresentada pela senadora Patrícia Saboya na Comissão de Educação. Na defesa da emenda, Patrícia lembrou a imensa dívida que o Brasil tem com as crianças de até seis anos, ressaltando que a situação é ainda mais grave para os meninos e meninas de zero a três. Segundo estudo recente da Fundação Getúlio Vargas, apenas 9,43% dos 13 milhões de meninos e meninas nessa faixa etária estão matriculados em creches.

As outras três emendas aprovadas no Senado asseguram recursos para o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (R\$ 166 milhões), para projetos de apoio à construção, à reforma e à ampliação de unidades de internação de adolescentes infratores (R\$ 140 milhões) e para a Rede de Proteção Social Básica (250 milhões).

### **Articulação na Câmara**

Na Câmara, as emendas somaram mais de R\$ 1,2 bilhão. Na Comissão de Legislação Participativa, foram aprovadas duas propostas. Uma, no valor de R\$ 20 milhões, destinada para a proteção social de

crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual. Outra, de R\$ 1 bilhão, é para o atendimento educacional de crianças de até seis anos.

É importante ressaltar que, no caso da Educação Infantil, a estratégia da Frente Parlamentar foi apresentar emendas tanto na Câmara quanto no Senado para garantir pelo menos a aprovação de uma delas. Como as duas propostas acabaram sendo acolhidas, os relatores do Orçamento Geral da União devem optar por apenas uma das emendas apresentadas pela Frente. A idéia é que esses recursos viabilizem a inclusão das creches no Fundeb, corrigindo, assim, uma distorção na proposta enviada pelo governo federal ao Congresso, que não contemplou a faixa etária de até três anos.

Já a Comissão de Direitos Humanos destinou R\$ 15 milhões para o atendimento a crianças e adolescentes sob medidas de proteção, em especial as que vivem em abrigos. A Comissão de Turismo e Desporto, por sua vez, aprovou R\$ 185 milhões para o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte.



Temas como combate à corrupção, reforma política e desenvolvimento social e econômico pautaram as discussões no Senado

# Atuação Legislativa

*Em um período fortemente pontuado pela crise política, a senadora Patrícia teve participação ativa e diversificada nos trabalhos do Congresso Nacional*

O ano de 2005 no Congresso Nacional foi marcado, como todos acompanharam exaustivamente, por denúncias de corrupção envolvendo parlamentares e membros do Poder Executivo. As Comissões Parlamentares de Inquérito, as famosas CPLs, tomaram boa parte do espaço antes ocupado pelas comissões técnicas do Senado e da Câmara e por votações de projetos importantes nos plenários das duas Casas Legislativas. As denúncias e as investigações feitas pelas CPLs e por outras instâncias, como o Ministério Público, a Polícia Federal e o Conselho de Ética da própria Câmara dos Deputados, receberam ampla cobertura da mídia e, pela primeira vez, uma crise política nacional de grandes proporções foi transmitida ao vivo 24 horas por dia pelas redes de televisão públicas, como a TV Senado e a TV Câmara, e pelas tevês por assinatura. O eleitor se deparou com a corrupção nua e crua, mas também com a sua apuração sem filtros.

Ao longo da crise, a senadora Patrícia Saboya se pronunciou diversas vezes sobre sua gravidade, sobre a necessidade de investigações que fossem a fundo nas denúncias, enfim, afirmou que, a despeito das críticas de que a crise estava "paralisando" o Congresso, as CPLs fazem parte do trabalho do Poder Legislativo e a apuração das denúncias era fundamental.

Mas Patrícia disse também que as demais atividades do Senado não podiam ficar aguardando o desfecho desses acontecimentos. E deu sua contribuição. Continuou a trabalhar, ampliando seu leque de atuação para além dos temas sociais que sempre permearam seu mandato.

Para combater a compra e a troca de votos por benesses, a senadora disse acreditar que o melhor remédio seria a aprovação de uma ampla reforma política. Ainda no primeiro semestre, ela foi designada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), para coordenar uma Comissão de Acompanhamento dos projetos sobre o tema que tramitavam na Casa. Em agosto, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deu um primeiro e grande passo no sentido da transparência, ao aprovar uma reforma eleitoral que reduz os custos das campanhas, permite que os eleitores acompanhem os gastos de seu candidato dia a dia e pune com mais rigor os políticos que cometerem irregularidades ao longo do processo.

No bojo da reforma, foram contempladas emendas importantes de autoria de Patrícia Saboya: a que dá ao candidato maior



José da Cruz / Agência Senado

Senadores discutem a reforma política: esforço para mudar as atuais regras

responsabilidade pela prestação de contas de sua campanha; a que põe fim à antiga prática da distribuição de camisetas e brindes com o nome e o logotipo do candidato; e a que obriga o político a informar, pela internet, sobre todas as doações e respectivos doadores de recursos à campanha.

Em pronunciamento no plenário do Senado, que contou com o apoio de diversos senadores, Patrícia Saboya defendeu mais: a aprovação de uma reforma política profunda, que aperfeiçoe a forma de financiar as campanhas, promovendo maior igualdade entre os candidatos, e que fortaleça os partidos, aumentando sua credibilidade junto ao eleitor ao mesmo tempo em que reduz a chance de barganhas como as denunciadas nas CPIs. Em agosto deste ano, a senadora, que estava havia três meses sem partido, se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), uma legenda que prega a manutenção da conquistada estabilidade econômica aliada ao aumento dos investimentos e, principalmente, à distribuição de renda.



Patrícia Raposo / PSB

**Novo partido: Patrícia Saboya se filia ao PSB e recebe homenagem dos principais líderes da legenda**

Lançando mão de sua reconhecida habilidade política, e na condição de vice-líder do governo no Senado, a senadora Patrícia apoiou o Executivo na aprovação de projetos importantes para o desenvolvimento do País. Entre eles estão o que estabelece incentivos para os produtores de Biodiesel; o Programa Nacional de Microcrédito, que incentiva a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; e o que reduz para seis anos a idade a partir da qual será obrigatório que os pais ou responsáveis matriculem suas crianças na escola.

A democracia, acredita ainda a senadora, se fortalece com plebiscitos e referendos como o que passou às mãos da população a última palavra sobre o fim da comercialização da venda de armas no Brasil. Mais do que defender o voto no "SIM", que terminou democraticamente vencido pela maioria, Patrícia ressaltou a importância da participação popular na decisão de assuntos que dizem respeito diretamente aos cidadãos. Para a senadora, a democracia direta deve se fazer presente em outras ocasiões, tornando-se uma prática mais comum em nosso País.

### **Apoio à micro e à pequena empresa**

Dando continuidade a uma ação do ano anterior, Patrícia Saboya tomou iniciativas no sentido de fortalecer as pequenas e micro-empresas, tendo em vista sua alta relevância social, especialmente na criação de empregos. Em discursos no plenário do Senado, chamou reiteradamente a atenção de seus colegas senadores, tanto para o necessário respaldo a essas empresas, quanto para o apoio a outras de porte ainda menor, conforme prevê a Constituição Federal. Em particular, Patrícia insistiu no vínculo que há entre o incentivo a essas empresas e a geração de empregos formais para a juventude brasileira.

No final de 2004, a senadora Patrícia Saboya havia participado da criação da *Frente Parlamentar do Pleno Emprego*. Durante

2005, continuou a dar especial atenção a esse tema. Apesar de reconhecer que, sobretudo em 2004 o Brasil experimentou avanços nessa área com a criação de mais empregos, Patrícia tem manifestado sua preocupação em relação ao cenário vivido pelo País nos últimos 15 anos em que se assistiu ao crescimento do desemprego urbano e das ocupações informais, simultaneamente à redução da renda real do trabalho. A educação, frisa a senadora, é essencial para melhorar a oferta de mão-de-obra, porém por si só não basta; é necessário um novo processo de desenvolvimento, capaz de gerar novos postos de trabalho. "Alcançar um nível aceitável de emprego no futuro passa por vigorosos aumentos nos recursos para a infra-estrutura e para novos investimentos produtivos", acredita ela. Ao mesmo tempo, a senadora defende que o apoio às micro e às pequenas empresas e a aplicação da *Lei do Aprendiz*, que beneficia os jovens, são dois outros recursos que favorecem a geração de oportunidades de trabalho e a inclusão social.

### **Atenção à Indústria do Café**

A senadora Patrícia Saboya continuou, em 2005, a respaldar algumas reivindicações prioritárias da Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC). Mais recentemente, as empresas dessa associação consideraram-se prejudicadas pela repercussão de uma lei anterior. A "isenção de impostos a insumos agrícolas", que buscou beneficiar os produtores de café "in natura", teria terminado por significar uma majoração dos tributos incidentes sobre esse segmento industrial ligado à torrefação. Para a senadora, é fundamental reconhecer a relevância histórica da cadeia produtiva do café (da semeadura ao beneficiamento, daí à torrefação e à manufatura dos solúveis até a fase final de comércio) porque "existe nesse processo uma importantíssima agregação de valor e uma apreciável geração de emprego e renda." Por isso, ela entende que

"as duas Casas do Parlamento devem demonstrar uma especial atenção a esse setor, cujas reivindicações – quando justas – serão respaldadas".

## **PROJETOS APROVADOS, PROJETOS APRESENTADOS**

Em 2005, as comissões técnicas do Senado aprovaram projetos importantes de autoria da senadora Patrícia Saboya, a maior parte deles fortalecendo os direitos do cidadão. Um dos projetos (PLS 314/2004), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, aumenta para 30 dias o período mínimo de convivência entre estrangeiros que queiram adotar uma criança brasileira e a menina ou menino, com menos de dois anos de idade, que poderá ser adotado.

Atualmente, o prazo mínimo de 30 dias de convívio é uma exigência apenas nos processos de adoção por estrangeiros de crianças de dois anos em diante. Para os bebês mais novos, esse período de convivência é de apenas 15 dias, o que, na opinião da senadora Patrícia, não é suficiente para que se tenha segurança de que a criança estará realmente em boas mãos. Com maior prazo, as autoridades brasileiras terão mais tempo para observar de perto a convivência entre o candidato a pai ou mãe e o bebê.

Na justificativa do projeto, a senadora Patrícia argumentou que os bebês também devem conviver por mais tempo com os possíveis futuros pais já que são "pessoas absolutamente desprovidas de condições de defesa e ainda incapazes de fazer escolhas".

### **Fortalecimento da cidadania**

Outro projeto de autoria de Patrícia Saboya torna obrigatória a inclusão, nos currículos do Ensino Fundamental, de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes. Dessa forma, os alunos já vão

travando contato com seus direitos desde pequenos. A Comissão de Educação do Senado aprovou, em caráter terminativo, ou seja, como decisão final, substitutivo do senador Cristovam Buarque (PDT/DF) mantendo a essência do projeto de lei da senadora. Na proposta aprovada, o assunto deverá ser transmitido aos alunos pelos professores das disciplinas já existentes, não havendo a necessidade da criação de uma nova matéria só para tratar dos direitos das crianças e dos adolescentes. A escolha dos conteúdos deve ser feita com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8069/90- que completou 15 anos no dia 13 de julho de 2005. O projeto estabelece ainda que o Programa Nacional do Livro Didático deverá promover a distribuição gratuita de exemplares do ECA, permitindo que as crianças tenham acesso fácil ao conteúdo de seus próprios direitos.

O Projeto de Lei nº 490/2003, também de Patrícia Saboya, é outra importante ferramenta para a ampliação do conhecimento sobre os direitos do cidadão. Por ele, os órgãos públicos deverão divulgar textos informativos sobre os direitos fundamentais e os direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. A proposição, acolhida integralmente por seu relator na CCJ, senador Demóstenes Torres (PFL/GO), estabelece três formas distintas de divulgação de trechos desses textos legais: nos contracheques mensais dos servidores públicos federais; nas emissoras estatais de rádio e de televisão; e ainda na publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.

"É dever primário dos órgãos públicos a difusão dos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal e dos direitos humanos estabelecidos pelos tratados internacionais e implementados no direito interno. Dentre esses direitos, destacam-se os referentes às mulheres, às crianças e aos adolescentes, que, em nosso País, são atingidos por uma série de violações, a começar pela oculta criminalidade doméstica de violência sexual, física e psicológica" afirmou a senadora Patrícia, na justificção do projeto de lei.

Patrícia Saboya se preocupou também em dar fim a uma confusão jurídica que vem prejudicando as crianças nascidas fora do

casamento. Projeto de sua autoria aprovado pela CCJ do Senado e que tramita na Câmara determina que a competência para apreciar processos relativos à paternidade é exclusivamente das varas de família e não das varas de registros públicos. Muitas decisões tomadas por juizes das varas de registros vinham sendo contestadas judicialmente, levando à anulação de processos de reconhecimento de paternidade. É que a legislação atual – Lei 8560/92 – não especifica claramente a competência para a análise desse tipo de questão.

### **Aproveitamento de recursos recuperados da corrupção**

Além desses projetos, a senadora Patrícia apresentou em 2005 iniciativa de enorme utilidade determinando que recursos financeiros desviados do erário por ações de corrupção, que tenham sido recuperados pelo Poder Público, possam ser destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Na justificativa do projeto, Patrícia argumenta que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a política de atendimento dos direitos das futuras gerações se fará por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, autorizando, portanto, a utilização dessas verbas. Além disso, como os valores destinados às crianças são escassos – em 2005 corresponderam a apenas 1,75% do total do Orçamento Geral da União –, o aproveitamento do dinheiro desviado serviria como uma compensação para essa deficiência.

Outra proposta da senadora, já bastante divulgada, é a que amplia de quatro para seis meses o período de licença-maternidade. Pelo projeto de lei – PLS 281/2005 – esse aumento dependerá da vontade de cada empresa em aderir ou não ao Programa Empresa Cidadã, que estabelece incentivos fiscais correspondentes aos dois meses excedentes em que a trabalhadora ficará afastada do trabalho (*mais detalhes no capítulo “Compromisso com a infância e a adolescência”*).

Os pequenos produtores culturais também serão favorecidos se o Senado aprovar o PLS 287/2005, de autoria da senadora. A proposta obriga as fundações culturais beneficiadas pela Lei Rouanet a doar pelo menos 20% do incentivo fiscal a outros projetos culturais. Atualmente, a Lei Rouanet permite que empresas utilizem até 4% do imposto devido por pessoa jurídica tributada com base no lucro real – mais conhecido como Imposto sobre o lucro – em projetos culturais desenvolvidos por uma fundação dos mesmos proprietários. É o caso do Espaço Unibanco de Cinema, complexo de cinemas existente em grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza, e do Itaú Cultural, espaço destinado a exposições. Como os nomes indicam, essas fundações são ligadas às próprias instituições financeiras.

A intenção da senadora Patrícia é favorecer a diversificação dos projetos culturais e promover a distribuição dos incentivos, evitando



José da Cruz / Agência Senado

**Patrícia participa de solenidade no Senado Federal ao lado do ministro da Cultura, Gilberto Gil: preocupação com o incentivo aos pequenos produtores culturais**

a concentração de recursos em um só segmento e beneficiário. "É inegável que a criação de instituições culturais sem fins lucrativos é benéfica para o fortalecimento da cultura nacional. Porém, a possibilidade de obter benefícios fiscais, mediante a doação ou o patrocínio a projetos culturais promovidos por instituições criadas pelo próprio doador ou patrocinador, não estimula as empresas a favorecer iniciativas de outras entidades", argumenta a senadora na justificativa do PL.

## **MATÉRIAS RELATADAS**

Ao longo de 2005, vários projetos passaram pela análise da senadora Patrícia Saboya como relatora, nas comissões técnicas em que é membro. A senadora emitiu pareceres sobre sete projetos na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e quatro na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na Comissão de Educação, Patrícia deu pareceres favoráveis em doze Projetos de Decreto Legislativo que autorizam entidades a executar serviços de radiodifusão (rádios AM, FM e comunitárias) nos municípios cearenses de Santa Quitéria (2), Várzea Alegre, Tarrafas, Baturité, Aracati, Russas, Reriutaba, Sobral (2), Tejuçuoca, Trairi.

Entre os projetos mais relevantes relatados pela senadora está o PLS 430-2003, que cria o programa de humanização do atendimento nos hospitais. O PLS, de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), estabelece que parturientes, pacientes de 60 anos em diante, menores de 18 anos e incapazes terão direito a serem acompanhados por um familiar ou outra pessoa de sua escolha durante a internação hospitalar.

A senadora Patrícia também deu parecer aprovando o PLS 12, de 2002, que estabelece que o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) destinará um percentual de recursos do orçamento de contratações de operações habitacionais para atender às necessidades de acesso à moradia de membros das polícias militar e civil e dos corpos

de bombeiros. O autor do projeto foi o ex-senador pernambucano Carlos Wilson.

Outra matéria importante que ganhou parecer favorável da senadora Patrícia foi o PLS 256, de 1999, do senador Pedro Simon (PMDB/RS). Ele prevê que não incidirão multas nem juros de mora por atraso nos pagamentos de débitos de servidores públicos à União, estados ou municípios, durante o período em que seus salários também estiverem atrasados.



**Em encontro realizado na Assembleia Legislativa do Ceará, parlamentares de todas as regiões do Brasil assinam pacto pela infância**

# *Desenvolvimento Regional, ênfase ao Ceará*

*As ações empreendidas para melhorar as condições  
de vida da população nordestina e cearense*

Como parlamentar do Nordeste, Patrícia Saboya tem se dedicado fortemente à luta por um desenvolvimento social e econômico mais equilibrado para a região, capaz de levar em conta as necessidades, as demandas, os anseios e as potencialidades de toda a população. Ao longo de 2005, a senadora intensificou essa cruzada atuando em várias frentes. Buscou por mais recursos no Orçamento da União para o Ceará e acompanhou a aplicação das verbas públicas nos diferentes projetos voltados para o estado, defendeu a instalação da nova refinaria de petróleo no Nordeste e participou das discussões em torno de temas importantes para a região como a recriação da Sudene, o Projeto de Integração das Bacias Hidrográficas, popularmente conhecido como *Transposição das Águas do Rio São Francisco*, e o Programa Nacional do Biodiesel, que beneficiará milhares de pequenos agricultores nordestinos.

Compartilhando do desafio de batalhar pela diminuição dos níveis de pobreza e desigualdade existentes em nosso País, sobretudo no Nordeste, Patrícia, enquanto membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, instalada em

2005, participou ativamente desses debates e de seus desdobramentos. Vale lembrar que essa nova comissão tem por objetivo servir de instrumento para combater as distorções de renda e de oportunidades, sendo um importante foro de discussão sobre questões de extrema relevância para o Brasil e suas regiões.

### **Nova Sudene**

No que diz respeito à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), por exemplo, tanto no plenário quanto nas diferentes comissões nas quais tramitou o projeto de recriação da instituição, a senadora teve um papel fundamental na defesa dos interesses da região.

Entendendo que o desenvolvimento do Nordeste exige determinação; políticas estáveis de incentivos; parcerias sólidas entre as iniciativas públicas e privadas e apoios seguros da União, dirigidos a todos aqueles múltiplos pontos nos quais a região apresenta maior debilidade em relação ao resto do País, a senadora apoiou a tese do Ministério da Integração de que a nova Sudene, *"como instituição de planejamento regional, precisa de recursos humanos qualificados, com capacidade técnica e negociadora, e de instrumentos de investimento e de indução direta que lhe facultem operar como força catalisadora"*.

### **Biodiesel e Agricultura Familiar**

Durante todo o ano de 2005, Patrícia Saboya participou das mais variadas iniciativas realizadas dentro e fora do Congresso em relação ao novo Programa do Biodiesel. Em setembro, compareceu ao

*1ª Congresso de Inovação Tecnológica de Sobral*, onde esse tema ocupou um lugar central na agenda. Sua intervenção naquela oportunidade reflete seu pensamento sobre esse projeto. "O biodiesel é um produto capaz de deflagrar um novo ciclo de desenvolvimento na zona rural do Ceará e de outros estados do Nordeste, promovendo a inclusão social que todos nós tanto desejamos", disse a senadora.

Salientou, ainda, que com o biodiesel, o Nordeste poderá dar uma contribuição significativa para que o Brasil melhore sua posição mundial na produção de biocombustíveis e lembrou que a América Latina se comprometeu em participar, até 2010, com um mínimo de 10% de fontes renováveis no total da oferta de energia. Esse compromisso, ressaltou



Wellington Macêdo / Prefeitura de Sobral

**Senadora fala sobre os benefícios do Programa do Biodiesel para os pequenos produtores rurais em seminário na cidade de Sobral**

Patrícia, reforça a importância potencial do Nordeste como futuro produtor privilegiado do biodiesel, sobretudo a partir da mamona. Em todas as vezes que se pronunciou sobre o assunto, a senadora vinculou a produção do combustível a seu caráter de inclusão social, afirmando que o novo programa pode dar um impulso vital à agricultura familiar brasileira, em geral, e à cearense, em particular, reduzindo a pobreza que perdura na zona rural.

### **Integração das Bacias Hidrográficas**

Além dessas ações, Patrícia Saboya continuou apoiando o Projeto de Integração das Bacias Hidrográficas, que tem o rio São Francisco como principal recurso. A senadora tem reiterado que se trata de



Gerardo Magela / Agência Senado

**Patrícia Saboya na Comissão de Desenvolvimento Regional ao lado do ministro  
Ciro Gomes, da Integração Nacional, e do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE):  
discussões sobre projetos importantes para a população nordestina**

uma oportunidade ímpar para buscar resolver, de forma permanente, a escassez de água de todo o semi-árido, beneficiando tanto o Ceará quanto os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, mesmo reconhecendo que, por outro lado, deve-se levar em conta urgências relacionadas à despoluição, à redução de assoreamentos e à recuperação de matas ciliares, nascentes e afluentes.

### **O Nordeste e a refinaria**

Outro assunto importante foi a discussão sobre a nova refinaria da Petrobras. Patrícia Saboya ocupou a tribuna do Senado para sublinhar a urgência de se instalar no Nordeste uma expansão da capacidade brasileira de refino de petróleo. Diante da possibilidade já aventada de que uma refinaria se localizaria em Pernambuco, a senadora insistiu na pertinência de que um projeto similar viesse a contemplar o Complexo Industrial e Portuário de Pecém (CIPP), no Ceará, argumentando que essa reivindicação fazia sentido uma vez que a própria Agência Nacional do Petróleo estimava que o País precisaria ampliar sua capacidade de refino em 46%, até 2010.

Com dados do Núcleo de Pesquisas em Logística, Transportes e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Ceará, deixou registradas – entre outras observações – as seguintes vantagens da escolha do estado do Ceará: ser central em um espaço deficitário em derivados (área de Alagoas ao Pará); ter custos de suprimento do petróleo bruto e de distribuição de derivados menores que em Suape (PE) ou Itaqui (MA); o CIPP dispor das infra-estruturas necessárias, além de sua área estar ambientalmente habilitada para esse empreendimento; o Ceará possuir centros de formação e pesquisa de excelência, em condições de capacitarem recursos humanos imprescindíveis para o

setor petrolífero; e, finalmente, o estado ter excelente posição geográfica em relação aos Estados Unidos e à Europa.

Patrícia concluiu sua intervenção no plenário do Senado ressaltando a disposição do Ceará para sediar uma nova refinaria: "O governo do estado, a comunidade científica, os empresários, os trabalhadores, a classe política e a sociedade civil estão todos preparados e estão, há 40 anos, esperando que isso aconteça. Há um sentimento unânime no Ceará de que receber a refinaria é um ato de justiça, tanto econômica quanto social", disse a senadora.

### ATENÇÃO AO CEARÁ

Ao se preocupar com grandes projetos que podem mudar a face de todo o Nordeste, a senadora Patrícia Saboya leva em conta os reflexos que isso terá no Ceará. Paralelamente, porém, a sua equipe em Brasília e no estado trabalhou intensamente, ao longo de 2005, no sentido de desenvolver atividades que ajudassem diretamente os municípios cearenses.

Em uma ação pontual, elaborada a partir de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, utilizando os programas federais e estaduais já existentes e articulando-os dentro de um contexto de cooperação entre os entes federados – União, estados e municípios, a senadora Patrícia, no início de 2005, aproveitando a posse dos novos prefeitos e vereadores eleitos em 2004 e tendo clara consciência da escassez dos recursos das administrações municipais, distribuiu a todas as cidades do estado o *Manual de Obtenção de Recursos Federais sem a Intermediação de Terceiros*, produzido pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB. A publicação é uma valiosa ferramenta para as prefeituras localizarem novas verbas, diminuindo a brecha entre suas necessidades e suas disponibilidades de recursos.

No intuito de assessorar os novos prefeitos cearenses, o gabinete da senadora organizou um resumo com dados demográficos, da macro-economia local, e de 14 indicadores de desenvolvimento social, consolidando, em uma única página, todas as informações municipais produzidas pelo IBGE, pelo ETENE/BNB e pelo próprio governo do estado. A informação macro-econômica cobriu um quadriênio recente (1999-2002) e a de caráter social focalizou uma década (1991-2000).

Na seqüência, Patrícia Saboya distribuiu aos 184 municípios cearenses um quadro com a situação fiscal correspondente a cada um, conforme preparado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esse trabalho ofereceu um "retrato" oficial da evolução das finanças municipais no período 1998-2003, com 23 tipos de informações sobre receitas e despesas. Os prefeitos foram informados de que a metodologia posta à disposição pela STN lhes permitirá fazer projeções de receitas e despesas, facilitando a organização dos projetos destinados à obtenção de novos recursos no futuro próximo, inclusive junto ao governo federal.

### **Metrô de Fortaleza**

Dando continuidade ao trabalho que visa acelerar as decisões da União para repasse de recursos da contrapartida ao financiamento do Metrofor, acordado com o *Japan Bank for International Cooperation /JBIC*, Patrícia Saboya respaldou várias gestões, realizadas por diferentes personalidades do estado do Ceará em Brasília, para viabilizar o Projeto do Metrô de Fortaleza.

Em 25 de novembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Fortaleza, na companhia da senadora, para assinar a liberação das verbas autorizadas para o Metrofor, em evento realizado na sede do Banco do Nordeste.

## **Atendimento a prefeitos**

Como tem feito desde que assumiu seu mandato, em 2005 Patrícia Saboya continuou dando atenção às demandas das prefeituras e recebendo prefeitos cearenses em seu gabinete. No segundo semestre, por exemplo, a senadora participou da reunião da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará em que 70 administradores se mobilizaram para reivindicar repasses de recursos do governo federal aos municípios.

A preocupação mais urgente dos prefeitos continua sendo a mesma do início do ano passado: o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que passaria de 22,5% para 23,5%. A mudança faz parte do texto da Reforma Tributária, que está pronto para ir a votação no plenário da Câmara desde o início de 2005, mas não obteve acordo entre os governadores com interesses diferentes entre si.

## **TRABALHO COM AS COMUNIDADES**

As atividades realizadas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e o encaminhamento e a defesa dos pleitos dos municípios cearenses para a implementação de políticas de desenvolvimento econômico e social terminaram por se entrelaçar tendo em vista um objetivo comum: aproveitar as potencialidades de cada cidade para permitir que todas as pessoas possam viver com dignidade e tenham acesso a serviços públicos de qualidade.

Esse ideal por um País melhor e mais justo, que tem sempre norteado a atuação da senadora Patrícia Saboya, também foi alvo das

atividades desenvolvidas por seu escritório no Ceará. No ano de 2005, a assessoria da senadora promoveu diversas ações educativas – palestras, oficinas, seminários e orientações gerais às entidades para regularização de seus documentos. O objetivo foi fortalecer o contato com as comunidades e com a rede escolar pública de Fortaleza.

Contando com a parceria de organizações governamentais e não-governamentais tais como Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará; Secretaria de Saúde do Estado do Ceará; Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE); Corpo de Bombeiros do Ceará – Núcleo de Defesa Civil; Secretaria da Ouvidoria e do Meio Ambiente; Associação de Pais e Amigos das Vítimas de Violência (APAVV); Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Idoso; Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MOHAN); Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI); Centro de Recuperação Leão de Judá; durante os meses de março a novembro de 2005, o escritório da senadora no Ceará organizou 34 palestras, atingindo um público de cerca de 1900 pessoas, de crianças a idosos.

Nesses encontros, realizados em 24 bairros de Fortaleza e no Município de Maracanaú, na Região Metropolitana, foram abordados temas relevantes como sexualidade, saúde bucal, educação ambiental, drogas, terceira idade, violência e direitos humanos. Além das palestras, a assessoria da senadora no Ceará visitou diversas ONGs com o objetivo de orientá-las na regularização de seus instrumentos formais de organização.

E, para encerrar suas atividades, promoveu, no dia 19 de dezembro, o Seminário "Movimento Social no Mundo Globalizado", voltado para as instituições não-governamentais que atuam nas comunidades de Fortaleza e na Região Metropolitana. O evento, sobre os desafios do

Terceiro Setor, tem por objetivo orientar essas instituições na profissionalização dos trabalhos que desenvolvem (*leia mais sobre as atividades junto à população no quadro da página 53*).

## Criança e adolescente

Em sintonia com o gabinete em Brasília, o escritório do Ceará também se dedicou à área da infância e da adolescência – marca do mandato da senadora Patrícia.

Em 2005, além de continuar integrando os fóruns permanentes relacionados ao tema, a assessoria da senadora no estado participou ativamente da organização dos eventos realizados no Ceará relativos ao Dia Nacional de Luta contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – 18 de maio. Pela primeira vez desde que foi definida a data, as ações do governo federal e do Congresso Nacional referentes a ela foram sediadas fora de Brasília.

A programação iniciou-se na Assembléia Legislativa do Ceará, com a solenidade de assinatura do ***Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência***, da qual participaram deputados estaduais de todas as regiões do País, terminando com o lançamento da Campanha para os Profissionais dos Transportes, em uma parceria entre a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente do Congresso Nacional, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Polícia Rodoviária Federal, a Confederação Nacional dos Transportes e a Petrobrás.

Após a assinatura do Pacto, a senadora se articulou com o deputado Antenor Naspolini (PSDB/CE), coordenador das ações da Frente Parlamentar do Congresso Nacional para o estado do Ceará, a Presidente da Frente Parlamentar pela Infância da Assembléia

Legislativa do Ceará, deputada Tânia Gurgel, e o Presidente daquela Casa, deputado Marcos Cals, para que promovessem, em conjunto, atividades para estimular a criação e o funcionamento de frentes parlamentares nos municípios cearenses.

Dessa forma, realizou-se, no dia 22 de agosto, na Assembleia Legislativa, o Seminário *“O Parlamento Cearense pela Criança e o Adolescente”*, que reuniu vereadores de todo o estado, além de representantes de entidades governamentais e não-governamentais. Em dezembro, dando continuidade ao propósito de fomentar a atuação dos vereadores cearenses em torno da infância e adolescência, Patrícia Saboya foi parceira de um encontro que discutiu o Orçamento Criança com os parlamentares municipais.



Dário Gabriel / Assembleia do Ceará

Patrícia Saboya durante cerimônia de lançamento do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência, em Fortaleza

Ainda em 2005, Patrícia participou de diversos outros eventos promovidos no estado, destacando-se a palestra proferida sobre "Combate ao Turismo Sexual e à Prostituição Infantil", na Procuradoria Geral de Justiça do Ceará; as sessões comemorativas do Dia Internacional da Mulher, realizadas pela Assembléia Legislativa do Ceará e pela Câmara Municipal de Fortaleza; o Seminário Brasileiro sobre Educação Infantil, onde falou sobre o Fundeb; a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde fez palestra sobre "Políticas Sociais e Exploração Sexual"; e ainda a mesa-redonda do 2º Seminário Brasileiro de Governabilidade Participativa das Cidades, com o tema "A



Dário Gabriel / Assembleia do Ceará

A deputada estadual Tânia Gurgel (PSDB), a senadora e o presidente da Assembleia do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB), participam de seminário sobre o Orçamento Criança

gestão da cidade e os sujeitos sociais"; o XXI Congresso de Vereadores do Ceará; e a Sessão de Lançamento da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente de Fortaleza (*leia mais sobre esse e outros temas ligados à criança e ao adolescente no capítulo "Compromisso com a infância e a adolescência"*).

## PALESTRAS REALIZADAS COM A POPULAÇÃO DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA

Março a Novembro de 2005

### TEMAS:

- Sexualidade: Gravidez precoce e DST/AIDS
- Saúde bucal
- Educação ambiental – Preservação do meio ambiente
- Primeiros socorros e prevenção de acidentes
- Direitos humanos
- "Não à violência" – Por uma cultura de Paz
- Estatuto do Idoso
- Auto-estima
- Diga não às drogas

### PARCEIROS:

- Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará
- Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE
- Corpo de Bombeiros do Ceará – Núcleo de Defesa Civil
- Secretaria da Ouvidoria e do Meio Ambiente
- Associação de Pais e Amigos das Vítimas de Violência – APAVV

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Idoso
- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MOHAN
- Centro de Desenvolvimento Infantil – CDI
- Centro de Recuperação Leão de Judá

**PALESTRANTES:**

- Ana Rosa Alves da Silva
- Creuza Rosa de Lima
- Francis Caetano
- Francisco Cláudio Santos de Andrade
- Geraldo Bezerra da Silva Filho
- Gleidison Alves da Silva
- Izabel Cristina M. P. Ribeiro
- João Josa de Melo Neto
- José M<sup>a</sup> Lima Dias
- Marcos Eugênio Lima
- Marcos Paulo Figueiredo
- M<sup>a</sup> de Fátima de Matos Frota
- Mary Alice Pessoa da Silva
- Maria Gomes de Queiroz
- Maria Zinete Bonfim Colares
- Patrícia Florenço Silva
- Pastor Elias Silva Martiniano
- Valeska Maria de Sousa Barros
- William Cavalcante Augusto

**BAIRROS:**

- Quintino Cunha
- Aristides Barcelos
- Praia do Futuro II
- Pirambu
- Paupina

- Conj. Palmeiras
  - Jangurussu
  - Serrinha
  - Conjunto Esperança
  - Couto Fernandes
  - Parque São José
  - Pio Saraiva
  - Vila União
  - Bom Jardim
  - Serviluz
  
  - Conjunto Novo São Miguel
  - Campus do Pici
  - Planalto das Goiabeiras
  - Dias Macedo
  - Bela Vista
  - Parque Araxá
  - Tancredo Neves
  - Autran Nunes
  - Conjunto São Francisco
- ÁREA METROPOLITANA:**
- Maracanaú

## EMENDAS TRANSFORMADAS EM OBRAS

Ao longo deste ano, as emendas propostas pela senadora Patrícia e aprovadas para os Orçamentos de 2004 e 2005 foram se transformando em obras importantes para o estado do Ceará.

Dos 20 municípios cearenses contemplados com emendas individuais da senadora ao Orçamento de 2004 nas áreas de saúde, infra-estrutura urbana, esporte, habitação, saneamento básico e agricultura, totalizando R\$ 2,5 milhões, somente três não receberam ainda os repasses devido ao não-cumprimento de exigências de ordem técnica feitas pelos respectivos órgãos executores.

Convênios também beneficiaram as cidades do Ceará ao longo de 2005. No início de outubro, por exemplo, um convênio no valor de R\$ 1 milhão foi assinado entre os governos federal e estadual, permitindo que 117 unidades, entre Centros de Educação Infantil (CEI'S) e ABCs, voltados para a educação infanto-juvenil em Fortaleza, proporcionassem atendimento adequado a crianças de zero a seis anos e aos adolescentes. O ajuste foi resultado da emenda da bancada federal do Ceará apresentada pela senadora Patrícia no ano anterior.

Na solenidade de assinatura, Patrícia ressaltou a importância de os homens públicos canalizarem seus esforços para a efetiva implantação de ações e estratégias voltadas para as crianças. "Esse cuidado não pode ser tomado somente no período eleitoral, para garantir boas fotos e imagens para os veículos de comunicação, mas principalmente na hora de lutar pelo aumento e pela liberação de recursos nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios para a causa", disse.

### **TV Assembléia: uma conquista**

Uma novidade na televisão do Ceará também teve a participação da senadora Patrícia Saboya. Foi a criação da TV Assembléia

do Estado, onde os cearenses poderão acompanhar o que está acontecendo naquela Casa Legislativa. A TV Assembléia do Ceará entrará no ar levando ao telespectador, na maior parte do tempo ao vivo, as votações em plenário, as discussões nas comissões e as ações dos parlamentares. Jornalistas contratados pela emissora produzirão ainda entrevistas e debates sobre assuntos de interesse da comunidade que serão veiculados nos intervalos das atividades da Assembléia.

A TV Assembléia entrará em funcionamento graças ao Decreto Legislativo 352, de 2005, que no último dia 30 de maio foi aprovado pela Comissão de Educação do Senado, em decisão terminativa. Depois que o projeto, relatado pelo senador Reginaldo Duarte (PSDB/CE), foi aprovado na Comissão, Patrícia Saboya conseguiu do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), o compromisso de que a matéria seria deliberada em plenário na maior brevidade possível.

"Um canal que transmita exclusivamente a programação da Assembléia Legislativa é muito importante porque confere transparência às atividades do Parlamento", comemorou Patrícia.

### **Festival de Cinema do Ceará**

Em 2005, a senadora também trabalhou pelo fortalecimento da cultura nacional e cearense. Patrícia Saboya conseguiu a liberação de R\$ 100 mil em patrocínio da Eletrobrás para o 15º Cine Ceará, festival de cinema e vídeo que aconteceu em junho, em Fortaleza, reunindo 220 títulos.

O vencedor na categoria "melhor filme" de longa metragem foi "A pessoa é para o que nasce", de Roberto Berliner, sobre três irmãs cegas que se tornaram cantoras, muito festejado nacionalmente ao longo do resto do ano, em outros festivais e nas salas de cinema de

diversas cidades brasileiras. "Meu nome é Paulo Leminsky", de César Migliori, sobre o poeta curitibano famoso por seus *hai kais*, levou o prêmio de melhor vídeo.

### **Sobral: teatro renovado e restaurante popular**

A cidade natal de Patrícia, Sobral, também foi beneficiada por suas intervenções. A senadora conseguiu a liberação de recursos para duas obras importantes: a restauração do Teatro São João e a construção de um restaurante para atender a população de baixa renda.

Construído em 1880 por iniciativa de um grupo de empresários e artistas da cidade, o Teatro São João é considerado o maior símbolo da história e da cultura sobralenses. Na época em que foi erigido, o prédio em estilo neoclássico era uma obra única no semi-árido cearense.

O teatro, porém, recebeu várias reformas no século passado e seu interior terminou ficando totalmente diferente do original. Ao realizar escavações arqueológicas, uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco descobriu que havia outra platéia por baixo da que estava sendo usada. Era uma platéia em forma de feradura como as dos teatros antigos.

Depois de uma consulta a historiadores, arquitetos e à própria sociedade civil de Sobral, a prefeitura resolveu preservar o interior original. Foi feita, então, a restauração da parte interna e a modernização dos sistemas elétrico, de iluminação e de som. A fachada, que não havia sofrido modificações, foi mantida. A senadora Patrícia Saboya conseguiu junto à Petrobrás a liberação de R\$ 600 mil para a finalização das obras, o que garantiu o seu pleno funcionamento.

## **R\$ 1 real o prato**

Já no dia 20 de maio, Sobral assistiu à inauguração de seu primeiro restaurante popular, com refeições a R\$ 1 para os moradores. Os recursos empregados na aquisição de equipamentos para o estabelecimento – R\$ 534,4 mil – foram liberados pelo governo federal depois que a senadora Patrícia conseguiu a agilização do processo.

Ao conhecer o novo restaurante, a senadora constatou que, além de alimentação balanceada, seus freqüentadores recebem orientação nutricional, noções de higiene e de saúde bucal.

## **PERSPECTIVAS PARA 2006**

No final de 2005, a senadora Patrícia apresentou diversas emendas buscando aumentar os recursos para o estado do Ceará em áreas fundamentais para garantir melhores condições de vida à população. Além disso, propôs emenda, por meio da bancada federal do Ceará, no valor de R\$ 40 milhões, para os Centros de Referência de Assistência Social, que prestam atendimento às famílias de baixa renda do estado. Abaixo, segue o resumo de algumas propostas apresentadas pela parlamentar ao Orçamento Geral da União de 2006, que pretendem beneficiar o povo cearense.

### **Saúde**

Uma emenda individual de Patrícia Saboya voltada para a saúde visa atender alguns municípios por meio dos vários programas do

governo federal. No valor de R\$ 300 mil, a emenda possibilitará a aquisição de equipamentos e a construção de novas unidades de saúde.

### **Saneamento Básico**

Área considerada fundamental pela senadora para melhorar a qualidade de vida e a própria saúde da população é o saneamento básico. Para as ações nesse setor foram destinados recursos no valor de R\$ 1,2 milhão. O objetivo é promover aprimoramentos em habitação e melhorias sanitárias domiciliares para controlar e prevenir diversas doenças. Os municípios que receberão os recursos são: Iracema, Monsenhor Tabosa, Pindoretama, Paramoti, Piquet Carneiro, Solonopole, Tamboril e Reriutaba.

### **Cultura**

Uma emenda de R\$ 250 mil levará melhorias na estrutura física, técnica e operacional do teatro municipal de Guaramiranga, conhecido por abrigar importantes festivais de música e teatro que já fazem parte do roteiro cultural do estado.

### **Turismo**

Contemplada com emenda no valor de R\$ 150 mil, a prefeitura de Limoeiro do Norte se insere no Programa *Turismo no Brasil* cujo objetivo é desenvolver essa atividade econômica nos municípios

brasileiros, principalmente por meio da adequação de sua infra-estrutura. A intenção é permitir a expansão do turismo buscando a melhoria da qualidade dos produtos ou adaptando os espaços para receber quem vem de fora.

## Esporte

Patrícia Saboya também apresentou emendas individuais, no valor total de R\$ 550 mil, para a construção de espaços públicos ligados ao esporte.



Oxmar Gomes / Agência Senado

**Senadora se reúne com o relator-geral do Orçamento de 2006, deputado Carlito Merss (PT/SC): busca de mais recursos para o Ceará e para os programas destinados às crianças e aos adolescentes brasileiros**



Na tribuna, Patrícia abordou temas importantes para a população brasileira

# *Dizeto da Tribuna*

*A opinião da senadora sobre questões de relevância nacional, expressa em diversos pronunciamentos feitos em 2005*

"Senhoras e Senhores Senadores, creio que chegou a hora de investir em novas refinarias. Porém, agora no Nordeste. Insto a todos os meus pares da bancada nordestina que nos unamos para fortalecermos esse pleito comum e justo. Estima-se que, em 2010, o Nordeste responderá por 20% da demanda de gasolina e por 27% da de diesel. A região Norte-Nordeste exigirá, então, importações líquidas de derivados de 330 mil barris/dia, com um impacto na balança comercial estimado em US\$ 4,7 bilhões ao ano! Assim, nosso pleito contribuirá para diminuir importações de derivados em toda a macro-região Norte-Nordeste, mas também para equilibrar o mercado de derivados de modo geral. No planejamento do parque futuro de refino, é necessária uma visão política de longo prazo, que não cabe em um modelo estreito de uma racionalidade apenas econômica. Um projeto de refinaria tem papel estruturante sobre o espaço regional e atende assim, plenamente, ao espírito e à letra da determinação constitucional, que busca mais equidade e equilíbrio entre todos os estados da Federação".

*Discurso feito no dia 17 de março de 2005, sobre a expansão das refinarias de petróleo para o Nordeste*

"Entrei de cabeça erguida no PPS e saio de cabeça erguida, com a certeza do meu dever cumprido. No momento, certamente, as pessoas estão confusas, sem entender direito o que acontece no nosso País, na crise em que estamos vivendo, com um troca-troca de partidos muito grande. É inaceitável que, às vezes, as pessoas, em 24 horas, troquem de legenda. O meu povo me elegeu para ser a Senadora do PPS, repito. Portanto, quero deixar, neste momento, uma palavra aos meus eleitores do Ceará: saio do PPS não porque quero, não traio os meus eleitores, que votaram em mim para ser uma Senadora do PPS, mas, infelizmente, tenho que dizer que fui traída pelo meu Partido. Mas não carrego mágoa. Pelo contrário, por tudo que ouvi aqui hoje, por todos os relatos, por todos os pronunciamentos e apertes de Senadores e Senadoras desta Casa. Só tenho a agradecer a Deus, agradecer a Deus as palavras tão gentis, as palavras tão generosas, as palavras tão carinhosas de todos os meus colegas que aqui se pronunciaram, de diferentes partidos. Isso me dá uma calma, um conforto, uma segurança. Mas, mais do que isso, a certeza de que vou continuar a minha luta, nesta estrada, fazendo o que for melhor, antes de qualquer coisa, para o povo, o povo do meu Estado do Ceará".

*Pronunciamento em que a senadora anunciou sua saída do PPS, no dia 16 de junho de 2005*

"Neste domingo, dia 23 de outubro, os cidadãos brasileiros irão às urnas para decidir sobre a proibição ou não do comércio de armas de fogo e munição. Sei que o tema da violência está cercado de polêmicas e provoca sempre reações emocionais de todos os lados. Afinal, o Brasil não agüenta mais viver sob o signo do medo, da insegurança, do ódio, da intolerância e da barbárie. É mais

do que justificável, Senhor Presidente, que a população, cansada de pagar seus impostos e não ter o retorno necessário em serviços públicos, pense que a solução para barrar a onda de violência que tomou conta do Brasil é fazer justiça com as próprias mãos. É fazer o que o Estado lamentavelmente não tem feito em todos esses anos. No entanto, estou convencida de que esse não é o rumo que devemos tomar. Estou convicta de que está na hora de inaugurarmos no Brasil uma verdadeira cultura pela paz. Se sonhamos com um País mais desenvolvido e socialmente justo, não podemos basear nossa cruzada na lógica do "olho por olho, dente por dente", da justiça feita com as próprias mãos. Não se combate violência com mais violência!".

*Discurso feito no dia 18 de outubro de 2005, acerca do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo*

"Venho a esta tribuna hoje para falar sobre um tema urgente para o País que, infelizmente, só costuma ser lembrado às vésperas de eleições e em tempos de crises políticas e ser engavetado quando a maré se acalma. Refiro-me à reforma política, tema que tem sido muito discutido tanto nesta Casa quanto na Câmara há mais de dez anos. Senhoras e Senhores Senadores, precisamos ter em mente que nossa classe política passa por uma de suas mais graves crises de credibilidade. Os eleitores, em sua grande maioria, já não se sentem representados por aqueles que elegeram e não crêem nos partidos e, freqüentemente, na própria democracia para resolver seus problemas imediatos. Historicamente, e não só agora, a corrupção desvia os recursos públicos e faz com que os impostos não atinjam sua real finalidade: a de distribuir a renda

em prol dos menos favorecidos. A balbúrdia política dificulta ainda a implementação de projetos estruturais e inviabiliza a realização das reformas de que o Brasil tanto precisa. Engessa o Executivo, paralisa o Congresso, imobiliza a democracia. Precisamos, portanto, fazer correções em nosso sistema político-eleitoral para podermos caminhar com liberdade".

*Discurso sobre a reforma política,  
no dia 19 de outubro de 2005*

"Nós, que militamos na causa da infância e da adolescência, costumamos dizer que lugar de criança é no nosso coração e no Orçamento Público. Lamentavelmente, no Brasil, as crianças e os adolescentes ainda não conquistaram o lugar que merecem no Orçamento. Uma análise realizada pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) no Orçamento da União de 2005, a partir de dados do Siafi, permite-nos chegar a conclusões bastante preocupantes. Nos nove primeiros meses do ano, apenas R\$ 15,2 bilhões foram destinados pelo governo federal aos quase 60 milhões de brasileiros na faixa etária entre zero e 17 anos para as ações nas mais diversas áreas, tais como educação, saúde, cultura, lazer, esporte, habitação, saneamento básico, assistência social e proteção de direitos. De acordo com os cálculos do Inesc, o gasto per capita foi de apenas R\$ 260,36 nesse período. Isso significa uma média de R\$ 28,90 por mês para cada menina e menino do Brasil, menos de R\$ 1,00 por dia! Não podemos nos conformar diante de situação tão absurda. Temos a obrigação de sair desse estado de letargia que parece ter contaminado todo o Brasil".

*Pronunciamento sobre o Orçamento destinado à área da  
infância e da adolescência, no dia 09 de novembro de 2005*

"Já não existem dúvidas entre os especialistas de que, nos seis primeiros meses de vida, é fundamental fortalecer os laços afetivos entre o bebê e a família e, sobretudo, entre ele e a mãe. Reforçar esses laços é um dos principais objetivos do projeto da licença-maternidade de seis meses. Sabemos que são os olhares, os sons, os toques e as conversas entre mãe e filho que fazem com que a criança cresça com mais saúde, equilíbrio, confiança e auto-estima. Vale ressaltar, porém, que a licença de seis meses prevista no projeto é facultativa. Ou seja: aderem à proposta as empresas privadas que se interessarem em ter descontos em tributos federais. Optamos por esse caminho da não-obrigatoriedade por acreditarmos que é preciso consolidar no País a cultura da responsabilidade social, fazendo com que as empresas percebam que, ao adotar essa prática, ajudam toda a sociedade. Não tenho dúvidas de que, no final, todos sairão ganhando: as empresas, porque suas funcionárias trabalharão mais motivadas e sem a culpa que todas nós sentimos quando temos que deixar nossos filhos tão pequenos em casa; as mulheres, porque vão ter um convívio mais rico com seus filhos; a própria criança, é claro; e o Estado, que terá uma economia brutal com a redução das internações no sistema de saúde pública porque as crianças adoecerão menos".

*Discurso sobre a proposta de ampliar de quatro para seis meses a licença-maternidade, realizado no dia 18 de novembro de 2005*



Orlando Brito

Patricia Saboya concede entrevista no Senado: trabalho pelo social repercute dentro e fora do Congresso Nacional

# Reconhecimento Público

*As manifestações de apoio ao trabalho desenvolvido por Patrícia Saboya no Senado*

"Já tive a oportunidade de dizer, várias vezes, senadora Patrícia Saboya, o quanto foi e é essencial a presença de Vossa Excelência nesta Casa ao trazer o debate sobre a infância. Evidentemente, todos podem dizer que esse tema já era conhecido, que já tinham instalado CPIs em vários Estados e que já havia alternativas concretas e eficazes para isso. Porém, se não estiver, ou no Parlamento ou no Executivo, uma pessoa como Vossa Excelência, definitivamente comprometida com a causa da criança e do adolescente, nada se resolve. Comprometer-se com a causa da criança e do adolescente é também estar comprometido com o futuro e com o presente do País e minimizar as dores do passado, das injustiças que muitas dessas crianças e adolescentes trazem na sua alma e no seu pequeno coração. Portanto, quero saudar Vossa Excelência, que tem uma gigantesca preocupação com esse tema".

*Senadora Heloísa Helena (PSOL/AL), em aparte ao discurso feito por Patrícia Saboya sobre o investimento do Orçamento da União nas crianças e adolescentes*

"Quero transmitir a Vossa Excelência a minha solidariedade diante desse impulso de dizer da sua vontade de lutar por aquilo em que sempre acreditou, nessa batalha pela justiça, pela erradicação da pobreza,

pelos jovens e adolescentes. Vossa Excelência tem tido um cuidado muito grande com essas questões e teve, ainda hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado um projeto de sua autoria. Então, quero cumprimentá-la por sua trajetória, estimulando-a, portanto, a permanecer, com muita fibra, na vida política brasileira".

***Senador Eduardo Suplicy (PT/SP), em aparte ao discurso feito por Patrícia Saboya sobre a crise e a reforma política***

"Meu nome é Luiz Eduardo Braga. Sou um jovem brasileiro de apenas 17 anos. Só gostaria de lhe agradecer pela forma como defende os jovens deste País. Seus atos darão ótimos frutos ao Brasil no futuro. Muito obrigado".

***Luiz Eduardo Braga, de Brasília (por e-mail)***

"Há muito tempo não me emociono com políticos face aos fatos corriqueiros envolvendo os mesmos. Mas Vossa Excelência é uma exceção totalmente à regra, pois chegou a vir lágrimas nos meus olhos quando vi seu discurso emocionado na tribuna do Senado. Acredito que Vossa Excelência é unanimidade única, e aí discordo de Nelson Rodrigues, quando diz que toda unanimidade é burra. No seu caso específico, toda a unanimidade é inteligente".

***José Marinho, da Bahia (por e-mail)***

"Em nome da Fundação Abrinq, gostaríamos de parabenizá-la pelo esforço para ampliar o orçamento da área da criança e do adolescente. Conte conosco na mobilização para que esses recursos sejam efetivamente aprovados e, posteriormente, aplicados em prol da criança e do adolescente".

***Rubens Naves, presidente da Fundação Abrinq, e Sandra Amaral de Oliveira Faria, superintendente executiva da Fundação Abrinq***

"Sinceramente, não consigo entender como um partido político pode abrir mão de uma senadora cujo mandato conseguiu marcar o País, sobretudo na defesa dos interesses das crianças e adolescentes. Eu pergunto como é que um partido pode abrir mão de um mandato e de uma senadora que, tenho certeza, todos os partidos vão convidar para se filiar a eles. Inclusive, a nossa bancada já discutiu isso em reunião, e é unanimidade no PT. Terminei dizendo o seguinte: tê-la como vice-líder do governo é uma honra. E é uma honra maior ainda, nos momentos de dificuldade, ver uma atitude de coragem e de firmeza, porque oportunismo também é uma coisa que passa, e a credibilidade se constrói nos momentos difíceis. E Vossa Excelência, seguramente, está construindo mais uma página de credibilidade na sua biografia. Parabéns".

*Senador Aloizio Mercadante (PT/SP), em aparte ao pronunciamento em que Patrícia Saboya anunciou sua saída do PPS*

"Com ações concretas e uma nova relação com a sociedade brasileira, a senadora Patrícia Saboya tem contribuído para renovar a linguagem parlamentar no nosso País".

*Ministro Luiz Dulci, secretário-geral da Presidência da República*

"É com imenso prazer que estou lhe escrevendo para parabenizá-la pela sua atuação como senadora e pelos trabalhos que tem feito para a população brasileira. A política está tão desacreditada, quando vemos um político em que possamos confiar e acreditar que está preocupado com um País melhor, nos dá muita alegria em dizer que ainda temos esperança. Assisti ontem pela TV Senado seu pronunciamento e pude conhecê-la melhor. Ouvi somente elogios a seu respeito dos seus colegas que são de outros partidos. Sou de Cuiabá (MT), pena

que eu não possa dar o meu voto para você. Votarei em pensamento e desejo que a sua carreira política vá longe. O Brasil precisa de você!"

*Emília Hiromoto, de Cuiabá/MT (por e-mail)*

"Senadora Patrícia, vou falar menos para a senhora do que para as pessoas que estão nos ouvindo, porque imagino que, neste momento, devam existir pessoas angustiadas, achando que quem sai de um partido sai do Senado e morrendo de medo que a senhora saia da luta que a caracteriza aqui, pelo Ceará, pelas crianças e pela educação. Além disso, há pessoas que mudam de partido; a senhora está saindo de uma sigla. O seu partido vai continuar, que é o seu estado, que é o Nordeste, que é o Brasil, que são as crianças, as meninas e os meninos sob exploração sexual e aquelas crianças sem educação. Isso, em primeiro lugar, para que todos saibam, sobretudo as crianças do Brasil. Em segundo lugar, para qualquer sigla que a senhora vá, no momento oportuno, Vossa Excelência vai continuar no mesmo partido. Como militante de um partido, ou de uma sigla, ou como independente, a senhora vai estar no mesmo partido que é o 'Partido das Crianças' e, nesse, eu estou com a senhora. Só queria lhe dizer isso".

*Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)*

"Ao ver seu depoimento na tribuna do Senado, pensei em ligar o computador e dentro da minha modesta sabedoria prestar-lhe a minha homenagem e confessar-lhe o tanto que fiquei impressionado com seu pronunciamento, com sua firmeza e com sua doçura, que faz com que a gente sinta que nem tudo está perdido e que, enquanto o que campeia é a mesquinhez e a 'maquiavelice' no meio político, a senhora deu uma demonstração de que com o coração, com a sinceridade, tudo seria mais fácil".

*Juraci A. Carvalho (por e-mail)*

"Perde muito o partido do qual Vossa Excelência se retira. Falta sensibilidade, falta espírito público e falta a visão de um chefe partidário da qualidade daqueles que compõem a vida de seu partido. Vossa Excelência, desde que chegou aqui, vem se impondo à admiração e ao respeito de toda a Casa. Vossa Excelência, que, sabíamos nós, já tinha uma obra social no Ceará, em Fortaleza, tem aqui a oportunidade de demonstrar tudo o que representa, em termos de pureza, de dignidade e de grandeza. Penso que o partido poderia, muito tranqüila e serenamente, fechar um olho e deixar que Vossa Excelência desenvolvesse uma atuação, dizendo: 'Nosso partido tem uma posição, mas reconhece que a nossa companheira está ajudando para melhorar, e é bom que ela faça isso'. Agora, expulsar do partido, sem avisar, sem dar direito de defesa a uma senadora da República com uma atuação excepcional, não fica bem. Não fica bem para a classe política".

*Senador Pedro Simon (PMDB/RS)*

"Senadora Patrícia, somos testemunhas da sua atuação eficiente e competente, que pude acompanhar mais de perto durante a CPI que examinou a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. A questão partidária, bem enfocada por Vossa Excelência, mostra que nós precisamos, sim, de uma reforma política no Brasil. Permita-me a audácia, mas quero dizer a Vossa Excelência, publicamente, que o PSDB a receberia de braços abertos para se filiar ao nosso partido".

*Senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG)*

"Senadora Patrícia, o Senado lhe presta aqui hoje uma homenagem que é maior do que qualquer punição sem direito a defesa que Vossa Excelência recebe na vida pública. Não faça disso uma ferida; não faça disso uma cicatriz; passe por cima. A vida é assim mesmo. Ouvi, por exemplo, a Senadora Ideli Salvatti, figura em quem sempre me inspiro, dizer que Vossa

Excelência era doce, suave, meiga. Mas não foi essa a característica que Vossa Excelência impôs nesta Casa; e sim a da brava guerreira, lutadora, determinada, que enfrenta às vezes até a saúde pessoal em benefício de causas em que acredita. Daí por que Vossa Excelência, desde o primeiro momento, marcou um lugar definitivo no Senado da República".

*Senador Heráclito Fortes (PFL/PI)*

"Senadora Patrícia, pude perceber aqui que a senhora é uma referência na área da infância. Por isso, eu queria colocá-la na condição de anjo da guarda das nossas crianças".

*Padre Renato Chiera, da Baixada Fluminense (RJ), que trabalha há 20 anos com meninos e meninas de rua*

"Senadora, eu simplesmente adorei a sua iniciativa no que diz respeito ao auxílio-maternidade, solicitando do Senado que vote sua inteligente matéria, onde a mãe e o filho poderão se conhecer melhor durante seis meses ininterruptos. Com certeza, se as mulheres já admiravam a sua postura, agora sim vão ver que o voto consciente faz com que coisas boas aconteçam. Só posso dizer que lhe admiro muito, pois a senhora mostra com suas ações a força da mulher brasileira, defendendo matérias que façam com que o nosso povo possa progredir mais e mais. Continuo pedindo a Meu Padrinho Cícero que lhe abençoe e que ele, juntamente com o arquitecto do Universo, faça da senhora um instrumento de defesa do povo que tanto sofre. Um forte abraço comunitário, do seu eleitor de sempre!"

*João Vitorino Neto, de Juazeiro do Norte (CE), por e-mail*